



## Em artigo para a Folha Ometto aborda uma visão moderna e de longo prazo para os biocombustíveis

João Guilherme Ometto, vice-presidente e presidente do Comitê de Mudança do Clima da Fiesp, em artigo publicado na Folha de São Paulo, defendeu o país está diante do desafio de criar uma regulação que revitalize o estratégico setor de biocombustíveis e da oportunidade de reafirmar o compromisso assumido no Acordo do Clima de Paris, fazendo parte da Plataforma Bio Future, lançada pelo Brasil e mais 19 nações na COP22 (Conferência das Partes sobre Mudança do Clima), promovida pelas ONU, em Marrakech, no Marrocos, em novembro de 2016. **Pág. 02**

### Destaques dessa edição

**Êxito da Agenda 2030 e dos ODS exige articulação entre indústria, governo e sociedade**

Pág. 3

**Brasil precisa destravar financiamento climático, dizem especialistas**

Pág. 5

**Gestão de resíduos sólidos no Brasil e em Portugal é tema de Workshop na FIESP**

Pág. 7

**Brasil e Suécia debatem na FIESP mecanismos de cooperação para o desenvolvimento sustentável**

Pág. 8

**Conflitos ambientais podem ser solucionados pela mediação e conciliação**

Pág. 9

**ODS**

Pág. 13

**No radar**

Pág. 15

**Diplomas recentes**

Pág. 20

**Agende-se**

Pág. 30

## Aconteceu

# Em artigo para a Folha Ometto aborda uma visão moderna e de longo prazo para os biocombustíveis

João Guilherme Ometto, vice-presidente e presidente do Comitê de Mudança do Clima da Fiesp, em artigo publicado na Folha de São Paulo, defendeu o país está diante do desafio de criar uma regulação que revitalize o estratégico setor de biocombustíveis e da oportunidade de reafirmar o compromisso assumido no Acordo do Clima de Paris, fazendo parte da Plataforma Bio Future, lançada pelo Brasil e mais 19 nações na COP22 (Conferência das Partes sobre Mudança do Clima), promovida pelas ONU, em Marrakech, no Marrocos, em novembro de 2016.

Com isso, as metas de emissão de carbono seriam atendidas com uma atividade consagrada em nosso território, ao mesmo tempo em que se promoveria desenvolvimento econômico no interior. A intenção do governo brasileiro é ter o detalhamento e números para apresentar na próxima COP23, em Bonn (Alemanha).

As diretrizes dessa regulação, denominada RenovaBio, foram recomendadas recentemente pelo Conselho Nacional de Política Energética e aprovadas pela Presidência da República, e seu objetivo é induzir ganhos de eficiência energética na produção e no uso de biocombustíveis e

reconhecer a sua capacidade de promover descarbonização. Com essa medida, e sem subsídios, será criada em definitivo uma previsão sobre o seu mercado futuro, induzindo, estimulando e viabilizando maior competitividade, menores custos e preços mais baixos para os consumidores.

Ometto ressaltou ainda que o incentivo aos biocombustíveis representa oportunidades históricas de aliar as políticas de desenvolvimento agroindustrial e energética e de recuperar o setor da cana-de-açúcar, que sofreu enormes prejuízos nos últimos nove anos, advindos de políticas equivocadas de subsídio de preço e redução de tributos à gasolina, na direção contrária do que preconizam todos os países comprometidos com o controle do aquecimento global.

Afirma ainda que o governo federal toma uma medida acertada ao definir como meta a criação de bases sustentáveis para o seu desenvolvimento, sem sobressaltos, na direção de maior eficiência e menores custos para a sociedade no longo prazo.

Para ver a notícia na íntegra acesse <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2017/10/1924745-uma-visao-moderna-e-de-longo-prazo-para-os-biocombustiveis.shtml>

Fonte: Folha de São Paulo - editado



# Êxito da Agenda 2030 e dos ODS exige articulação entre indústria, governo e sociedade

Apesar do desafio para colocar em prática os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, há inúmeras oportunidades à vista

Fiesp promoveu debate sobre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – publicados em 2015 e aprovados pelos 193 estados-membros das Nações Unidas – bem como o cumprimento da Agenda 2030, reunindo vários representantes da sociedade. Os ODS e suas 169 metas comportam compromissos para todos os setores com o devido planejamento das ações para a consolidação dessa Agenda. Foi dado destaque ao pilar voltado à indústria em suas vertentes ambiental e econômica.



Foto: Helcio Nagamine/Fiesp

## O setor produtivo e a Agenda 2030

Nelson Pereira dos Reis, diretor titular do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp e do Ciesp, frisou no Seminário a necessidade de integração das dimensões social sem econômica e ambiental para o alcance do resultado esperado. “Precisamos ainda considerar o papel das nossas entidades, que são com certeza facilitadores deste processo, por meio da promoção à produção e consumo sustentáveis, buscando o equilíbrio na manutenção da nossa competitividade com a melhoria da qualidade de vida da sociedade”

A efetiva execução requer o fortalecimento de instituições de governança, inovações tecnológicas, consumo sustentável, melhorias de infraestrutura de cidades, programa de capacitação, entre outros fatores, pontuou Rafael Cervone Neto (1º vice-presidente do Ciesp). “Temos de mobilizar os setores público e privado, academia e a sociedade como um todo, aprendendo a conversar mais e melhor”, neste plano de ação para o planeta e as pessoas”. Agenda 2030 oferece oportunidades para o aperfeiçoamento da gestão pública, do relacionamento do setor privado com os demais e a consolidação das políticas com seus objetivos integrados, que precisam ser tratados no seu conjunto, refletiu Grácia Elisabeth Fragalá (diretora do Comitê de Responsabilidade Social da Fiesp). “Os 17 ODS talvez sejam a mais completa e abrangente declaração ambiental, econômica e social, e é muito ambiciosa”, complementou Walter Lazzarini (presidente do Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp), lembrando que a entidade sempre esteve envolvida com o desenvolvimento ambiental sustentável.

Na opinião de Carlo Pereira (secretário-executivo da Rede Brasil do Pacto Global da ONU/PNUD) também destacou a interdependência de elementos como recursos financeiros, desenvolvimento e transferência de tecnologia, comércio, desenvolvimento de capacidades e globalização inclusiva, integração regional, além de um ambiente nacional propício a esta nova agenda.

Para Cristiana Brito, vice-presidente da Rede Brasil para o Pacto Global “os ODS representam ferramentas de planejamento a médio e longo prazos para governos e empresas”. Entre as qualidades de liderança necessárias, citou intenção, ambição, consistência, colaboração e responsabilidade. Brito apontou conclusões da pesquisa United Nations Global Compact Progress Report 2017, com quase 2,000 empresas signatárias, representando todos os setores e regiões do mundo sobre princípios contidos nos ODS. Os números demonstram que 70% dos CEOs estão engajados no Pacto Global e que mais de 60% das empresas têm políticas sobre os dez princípios, mas ainda assim o tema é um desafio para 57% das grandes empresas. As PMEs em especial precisam de suporte em função da complexidade e demanda por recursos para o desenvolvimento de suas ações no campo da sustentabilidade.

Para Patrícia Faga Iglecias Lemos (superintendente de Gestão Ambiental da USP) o desafio é o equacionamento da

pessoa humana como eixo das preocupações, mais os pilares do meio ambiente, atividade econômica e inclusão social versus o a produção e do consumo responsável e a elaboração de políticas públicas. Ao colocar o conhecimento científico a serviço das políticas públicas, criou-se na USP um Escritório Regional para trabalhar este tema no Brasil, com extensão para a América Latina, resultado de contato com programa Cidades do Pacto Global.

## O Brasil e os ODS: desafios e oportunidades

O Secretário Nacional de Articulação Social, Henrique Villa da Costa Ferreira, disse que a Agenda 2030 impõe diversos desafios, como a superação da desigualdade brasileira, as crises econômica e fiscal, a cultura política de mudanças após cada eleição, o alinhamento dos níveis de governo e a falta de integração das políticas públicas. “Não dá para tratar cada objetivo como se fosse uma caixinha”, defendeu. Destacou ainda a necessidade de sensibilização da população, por ser uma agenda que dialoga diretamente com o desafio brasileiro, tratando de temas como corrupção e ser uma agenda de todos nós. “Ao tratar melhor do lixo, cada um é protagonista dela” completou.

Nesse contexto, apresentou a estrutura da Comissão Nacional para os ODS, criada em 2016 e presidida pela Casa Civil. Dentre as atribuições da Comissão está a discussão da contribuição brasileira para os ODS e suas metas. A adequação de metas, explicou, é feita para estabelecer números factíveis, conforme os recursos disponíveis.

Henrique vê oportunidades para o setor produtivo, com o estabelecimento de planejamento de longo prazo, vinculado ao aumento da estabilidade institucional.

Gustavo Fontenele e Silva (coordenador geral do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior-MDIC) defendeu que os ODS e indústria são indissociáveis. O desenvolvimento econômico e social depende da gestão sustentável dos recursos naturais, e exige inserção e integração sistêmica de fatores-chaves de competitividade que abrange os setores industrial, serviços e as agendas sociais e ambientais. “O papel do Ministério é ajudar nessa implementação”, concluiu.

Há barreiras operacionais e barreiras estruturantes ao cumprimento dos ODS. As últimas, incluindo a superação das desigualdades regionais e intrarregionais, são mais difíceis de superar e dependem de parcerias, previstas no ODS 17. Enfatizou ainda a necessidade de regras claras e previsíveis para investimento e a oportunidade de desenvolvimento de novos segmentos de mercado, a ampliação das vendas, a otimização da eficiência operacional, a redução da rotatividade de funcionários e a promoção da economia circular.

Ana Paula Fava (Assessora Especial de Assuntos Internacionais do Governo do Estado de São Paulo) também ressaltou o desafio da comunicação. Por isso os quatro pilares escolhidos pelo Estado são a educação, com o programa Impacta ODS, que utiliza gibi criado por Maurício de Souza; sensibilização dos envolvidos, para que todos conheçam bem todos os aspectos; parcerias, com workshops, cada vez menos espaçados e com maior qualidade, visando ao objetivo 17, do diálogo e das parcerias institucionais; e a mensuração, junto com o Seade (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados), alinhado ao IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e ao Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

O grande desafio é inserir a agenda de forma permanente no governo, na opinião de Fava. O Estado já vem trabalhando há muitos anos em temas da Agenda 2030, e agora há a oportunidade de trabalhar de forma integrada. “Não deixemos de pensar que não vamos começar a fazer coisas que não foram feitas. Esse sentimento de que já começamos e estamos fazendo as coisas de forma correta deve ser passado aos brasileiros”.

Para ilustrar as discussões, Camila Reggiani da Silva, apresentou o case da Fibria, que produz 5,3 milhões de toneladas de celulose por ano, a partir de eucalipto.

Relatou que quase todos os ODS são contemplados pela Fibria, que enfatiza a ecoeficiência, ou seja, busca gerar mais com menos, com menor impacto ambiental e maior geração de renda. A empresa possui metas de longo prazo envolvendo melhorias no processo e inovação. Em relação a comunidades, há a preocupação de se trabalhar junto com elas, procurando parcerias e redução de impactos. A meta de longo prazo de resíduos caminha junto com a política nacional. Deu como exemplo a secagem de lodo no moinho Jacaré para uso como biomassa. E há produção de corretivo de solo a partir de resíduos.

Agência Indusnet Fiesp – editado.



# Brasil precisa destravar financiamento climático, dizem especialistas



Foto: Helcio Nagamine/Fiesp

O financiamento às empresas voltado ao desenvolvimento de ações para a mitigação e adaptação de sistemas e processos às mudanças climáticas ainda é um desafio no Brasil. “O financiamento ambiental é de muito interesse do setor industrial, que tem grande expectativa em relação à migração para uma economia de baixo carbono, mas hoje o grande problema encontrado pela pequena e média indústria é como e onde acessar as linhas de crédito voltadas para esse fim”, diz Mário Hirose, diretor-adjunto do Departamento de Meio Ambiente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Hirose lembrou ainda que essas linhas de

financiamento, conhecidas como linhas verdes, são importantes não apenas para a troca de tecnologia dessas empresas, mas para que elas gerem tecnologia, além da questão dos valores financiados: “Sabemos que empréstimos com valor inferior a R\$ 10 milhões vindos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), montante considerado elevado para uma pequena ou média empresa, somente são conseguidos por meio dos agentes financeiros autorizados pelo BNDES, que cobram altas taxas”, diz.

Rafael Stein, da área de Meio Ambiente do BNDES, diz que o banco vem desembolsando em torno de R\$ 15 bilhões ao ano para a economia verde. Número que, segundo ele, vem crescendo, mas que ainda representa menos de 20% dos desembolsos totais feitos pela instituição. “Ainda é um montante pequeno perto do que não é economia verde e o desafio que temos hoje é como alavancar esse número, como fazer com que ele cresça”, disse Stein sendo a captação de recursos e o risco embutido nos projetos, segundo o diretor do banco, alguns dos entraves a serem resolvidos.

Annelise Vendramini, pesquisadora do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGV), ressaltou que as mudanças climáticas já fazem parte do ambiente econômico brasileiro e por isso é necessário repensar os modelos produtivos e econômicos, em especial no que diz respeito aos financiamentos. “Para que essa mudança aconteça é necessário juntar vários atores econômicos, porque a economia do século 22 será voltada para o baixo carbono e o Brasil tem um papel a desempenhar nessa nova economia”, diz Annelise destacando ainda a necessidade de que os investidores do mercado de capitais, sejam asset manager, fundos de pensão, ou outros, dialoguem com suas empresas investidas sobre os riscos envolvidos para uma transição para a economia de baixo carbono.

Maria Eugênia Taborda, gerente de sustentabilidade no Itaú Unibanco, lembrou que o financiamento climático “é um grande desafio”. “Precisamos entender os entraves, porque estamos há alguns anos falando sobre o clima e como mitigar os impactos negativos sobre o meio ambiente, mas precisamos lembrar que o tema não é comum nem familiar a todos. Portanto, é preciso trabalhar o tema dentro das empresas de maneira que elas identifiquem as oportunidades de forma rápida”, fala.

Luiz Xavier, coordenador do Grupo de Trabalho (GT) Energia e Clima, da Rede Brasil do Pacto Global, falou do incentivo do GT às empresas engajadas a serem protagonistas na discussão. “Nosso objetivo é trazer o tema para dentro das empresas, tentando gerar um pouco mais de formação e conhecimento e, assim, entender os entraves no financiamento climático”, diz.

## Congresso Ecogerma avalia avanços e desafios da sustentabilidade

A Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha realizou em parceria com a Fiesp o Congresso Ecogerma e a entrega do Prêmio von Martius de Sustentabilidade. A edição deste ano do congresso tratou essencialmente de três temas: economia circular, logística reversa e Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS).

Jens Gust, cônsul-geral adjunto e adido para economia do Consulado Geral da República Federal da Alemanha em São Paulo enfatizou a cooperação entre a Alemanha e o Brasil, no âmbito de gerenciamento sustentável de resíduos, com duração de 4 anos, iniciado em maio deste ano. O projeto



conta com financiamento do governo federal da Alemanha e dos ministérios do Meio Ambiente e das Cidades brasileiros, além de parceria com universidades.

Mario Hirose, diretor adjunto do Departamento de Meio Ambiente (DMA) ressaltou a importância dessa cooperação em termos de pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologia, pontuando que existem mais de 100 mil indústrias no Estado de São Paulo.

Carlos Roberto Vieira da Silva Filho, diretor executivo da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe) frisou a cobertura em média de 91% do território nacional, quanto à coleta de resíduos sólidos, mas lembrou que ainda há disparidades entre as regiões. O desafio é lidar com esse grande volume, segundo o representante da Abrelpe, uma vez que dos 207 milhões de brasileiros, 85% residem em áreas urbanas.

Christiane Pereira, coordenadora no Brasil do Departamento de Resíduos e Recursos Naturais da TU Braunschweig e do Centro de Pesquisa, Educação e Aplicação em Resíduos Urbanos (CREED) trouxe um panorama do assunto na Alemanha e na Europa. A meta da UE é de 70% de reciclagem e 5% de aterramento até 2030, mas isto já acontece efetivamente na Alemanha em função da tecnologia disposta e da coleta diferenciada.

Paulo Roberto Leite, presidente do Conselho de Logística Reversa do Brasil (CLRB), debateu a complexidade do sistema de logística reversa. O processo não é barato, pois envolve transporte e atendimento à legislação que traz obrigação para as partes, inclusive às empresas da cadeia, referindo-se à responsabilidade compartilhada. Há desafios para fabricantes, distribuidores, varejistas, consumidores, importadores, além do Poder Público.

Entre os desafios apontados por ele, devem ser previstos mecanismos de reaproveitamento dos produtos retornados e mercado para os reaproveitados, além de se criar uma rede de logística reversa. Outros pontos referem-se ao incremento da capacidade industrial de tratamento, reforço do ecodesign, mais a implementação de gestão nacional versus regional.

Leite lembrou que é preciso fazer distinção entre resíduo e rejeito e a LR envolve a cadeia direta, a pós-venda e o pós-consumo, frisando que já existem regras setoriais para as embalagens de agrotóxicos; pneus, óleo lubrificante; lâmpadas mercuriais; eletroeletrônicos; pilhas e baterias.

Diego Iritani, engenheiro ambiental especialista em sustentabilidade e economia circular e criador da Upcycle falou sobre o conceito de economia circular. “É uma nova forma de olhar as relações entre o mercado, os clientes, os recursos naturais e a sociedade”, diz, ponderando que sair de um mundo linear, onde a empresa olha apenas para seu processo, seus elementos, suas atividades e começar a olhar a cadeia e especialmente o ciclo de vida do produto é um desafio muito grande.

### Case de sucesso

A Ciclo Verde é um exemplo de implementação da economia circular apresentado por Francisco Cesar Tofanetto,

gerente de engenharia e utilidades da Lanxess Brasil, empresa química global, com 19 mil colaboradores e mais de 70 plantas em todo o mundo consolidada em 2004. Com produtos de química básica, de performance, produtos de alta tecnologia para plástico, para borracha, aditivos e resinas, entre outros. “Entendemos que a sustentabilidade é quando o ciclo do negócio continua”, diz Tofanetto.

### **Prêmio von Martius de Sustentabilidade 2017**

Os vencedores deste prêmio foram os projetos “Cultivo da Pupunha para produção de palmito como indutor do desenvolvimento do litoral do Paraná” e “Estradas com Araucárias”, da Embrapa Florestas, nas categorias “Tecnologia” e “Natureza”, respectivamente. O objetivo é reconhecer iniciativas que promovam o desenvolvimento socioeconômico e cultural, alinhadas ao conceito de sustentabilidade.

O primeiro redesenhou a agricultura da região ao introduzir a pupunha, nativa da Amazônia, adaptada na Mata Atlântica em área abandonadas pela agricultura, beneficiando 650 famílias dos municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Morretes e Paranaguá. O valor bruto da produção saltou de R\$ 480.000 em 2000 para R\$ 19,5 milhões em 2016.

Já o segundo projeto estimulou, por meio de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), o plantio de araucárias – ameaçada de extinção – nas divisas de propriedades rurais familiares com estradas. O financiamento parte da iniciativa privada a fim de compensar suas emissões de gases de efeito estufa. O projeto atende 68 produtores rurais familiares nos Estados do Paraná e Santa Catarina sob o patrocínio do grupo de transporte e logística DSR. O produtor recebe R\$ 1.000 por ano para que plante e cuide de pelo menos 200 araucárias. Já existe uma linha de 100 km de plantio.

Agência Indusnet Fiesp- Editado

## **Gestão de resíduos sólidos no Brasil e em Portugal é tema de Workshop na FIESP**

Para trocar experiências em projetos de gestão de resíduos sólidos no Brasil e em Portugal, os departamentos de Meio Ambiente (DMA) e Relações Internacionais e Comércio Exterior (Derex) da Fiesp, com apoio da Siqueira Castro Advogados e Abreu advogados realizaram workshop com especialistas e empresas do setor de ambos os países.

Segundo Mario Hirose, diretor titular adjunto do DMA, alguns segmentos brasileiros, como embalagens de agrotóxicos, apresentaram bons exemplos em relação ao tema discutido nos últimos anos, assim como a estruturação da reciclagem de produtos eletroeletrônicos no país.

Na avaliação do diretor titular do Derex, Thomaz Zanotto, o Brasil ainda possui problemas internos de regulação e em identificar uma tecnologia que seja compatível com as questões culturais locais.

Já o cônsul geral de Portugal, Paulo Lopes Lourenço destacou que Portugal nunca teve um relacionamento tão intenso com o Brasil, considerando o número de brasileiros vivendo no país e investimentos em trânsito entre as duas economias, fatores que contam como importantes impulsos quando considerado o intercâmbio de ideias.

Do lado prático, o diretor de Inovação e Novos Negócios da Sinctronics, de Sorocaba (SP), Carlos Ohde, contou aos participantes do evento como a empresa conseguiu tornar-se uma referência na transformação e reciclagem de produtos para fins industriais.

Também participaram do debate sobre a legislação brasileira para resíduos sólidos, mediado pelo diretor da divisão de Saneamento Básico do Departamento de Infraestrutura (Deinfra) da Fiesp, Diógenes Del Bel, o ex-ministro de Meio Ambiente de Portugal e sócio da Abreu Advogados, José Eduardo Martins, Fabricio Soler, da Felsberg Advogados, e Simone Paschoal Nogueira, da Siqueira Castro Advogados.

Agência Indusnet Fiesp-editado.



## Brasil e Suécia debatem na FIESP mecanismos de cooperação para o desenvolvimento sustentável



Foto: Helcio Nagamine/Fiesp

Evento promovido pela Embaixada da Suécia em parceria com a Fiesp debateu como acelerar o desenvolvimento sustentável, com foco na geração de bioenergia a partir de biogás, que pode ser obtido de resíduos orgânicos e lodo.

Em 2009, Brasil e Suécia assinaram parceria estratégica de apoio à criação de plataformas colaborativas para a troca de conhecimento e desenvolvimento de projetos conjuntos.

José Augusto Corrêa, diretor titular adjunto do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Fiesp (Derec), pontuou

que os dois países têm muito a fazer em conjunto quando o tema é sustentabilidade, especialmente pela tecnologia, de um lado, e pelo fato de o Brasil ter grande incidência de sol em seu território. Já Cecília Lif, conselheira da Suécia no País, frisou para ela, o desafio é como criar cidades sustentáveis, dando a devida atenção à agricultura e energia renováveis.

Mário Hirose, Diretor Adjunto do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp lembrou a oportunidade para o Brasil, tendo em vista seus compromissos internacionais de redução de emissões.

Marcelo Cupolo, gerente da Associação Brasileira de Biogás e Biometano, exemplificou que se o biometano fosse usado no lugar do diesel, alcançaríamos 17% da meta brasileira fixada na COP21 e, em termos de passivo ambiental, a pegada de carbono é negativa. "O biogás da vinhaça representa grande potencial para o País e é possível armazená-lo para atender maior ou menor demanda e contar com geração na base distribuída", ilustrou.

Antonio Celso de Abreu Junior, subsecretário de Energias Renováveis, afirmou que a maior emissão de gases de efeito estufa (GEE) ainda vem do transporte, e é preponderante o uso de diesel, mas por força de lei o biodiesel entra na composição do combustível na casa dos 8%. "É preciso viabilizar a geração distribuída como a solar e criar políticas diante do fato de São Paulo ser exportador de gás natural", explicou o subsecretário.

Agência Indusnet Fiesp-editado.



### **Clique no link**

<http://www.fiesp.com.br/noticias/brasil-e-suecia-debtem-na-fiesp-mecanismos-de-cooperacao-para-o-desenvolvimento-sustentavel/>



## Amazônia dá exemplos e oferece recursos, mostram especialistas na FIESP



Foto: Helcio Nagamine/Fiesp

Amazônia e Agricultura Sustentáveis foi o tema do Simpósio de Bioeconomia da Fapesp, Fiesp e Ciesp. Rodrigo Rocha Loures, presidente do Conselho Superior de Inovação e Competitividade da Fiesp (Conic), abriu o evento ressaltando a enorme importância do tema para o Brasil, a América do Sul e o mundo. Walter Lazzarini, presidente do Conselho Superior do Meio Ambiente da Fiesp (Cosema), ressaltou o momento oportuno de discutir bioeconomia e Amazônia. Cabe, disse, aos empresários industriais paulistas e de todo o país contribuir com a tarefa de promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Roberto Paranhos do Rio Branco, vice-

presidente do Conic, lembrou a ocupação sem planejamento da Amazônia, destacando o desafio representado por sua preservação.

No primeiro painel do simpósio, "Tecnologias para produtividade agrícola disruptiva", Roberto Rodrigues, presidente do Centro de Agronegócio da FGV/EESP e membro do Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp (Cosag), destacou que agronegócio é um pedaço significativo da bioeconomia. A amplitude do tema exige coordenação, inclusive com um marco regulatório, com pouca burocracia e corporativismo, que permita a atividade.

Rodrigo Lima, diretor geral da Agroicone, disse que a discussão do desmatamento é essencial para entender como fazer a expansão sustentável na Amazônia.

Os painéis do evento discutiram a regularização fundiária, fornecimento de alimentos saudáveis e incluíram apresentação de quatro casos práticos de desenvolvimento da região.

Agência Indusnet Fiesp-editado.



**Clique no link**

<http://www.fiesp.com.br/noticias/amazonia-da-exemplos-e-oferece-recursos-mostram-especialistas-na-fiesp/>

## Conflitos ambientais podem ser solucionados pela mediação e conciliação

Em reunião conjunta dos Conselhos Superiores de Assuntos Jurídicos e Legislativos (Conjur) e Meio Ambiente (Cosema) da Fiesp, foram debatidos os métodos alternativos para a pacificação de conflitos ambientais.

O presidente do Conjur, o ministro do STF Sydney Sanches, frisou que este tema foi escolhido para o debate em função da preocupação representada pelos temas ambientais para a casa. Por sua vez, o presidente do Cosema, Walter Lazzarini, reforçou que a discussão de métodos alternativos é fundamental para as áreas ambiental e jurídica

por conta da judicialização dos temas ambientais, pois transcorre muito tempo para que se encontre uma solução – a qual nem sempre resolve efetivamente o problema.

Luís Alberto Salton Peretti, secretário-geral da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Ciesp/Fiesp, esclareceu que, embora a maioria das disputas contratuais se dão especialmente na área de infraestrutura, árbitros e mediadores têm sido chamados para atuar em disputas ambientais, uma tendência para o futuro, em sua avaliação.

José Carlos Ferreira Alves, desembargador e coordenador do Núcleo Permanente de Métodos

Consensuais de Soluções de Conflitos (Nupemec do TJ-SP) apontou que o grau de eficácia é superior a 95%, bem maior do que a decisão judicial, na qual 30% do total não são cumpridos pela impossibilidade de ser executados pelas mais diversas razões. O êxito se deve à eficácia versus flexibilidade procedimental, além da simplicidade envolvida no processo.

Gilberto Passos de Freitas – desembargador, docente e ex-corregedor geral da Justiça e integrante do Conjur – lembrou que, no passado, o meio ambiente era considerado um bem indisponível, debate superado com instalação de Câmara de Mediação de Conflitos Sociambientais e Urbanísticos, na Unisantos, exemplificou.

Entre as vantagens apontadas: rapidez; menor custo; redução da incerteza quanto aos resultados; construção conjunta entre os envolvidos; campo maior de dados técnicos e fluxo maior de informações.

“É preciso criar uma cultura de paz, conciliação e consenso”, afirmou Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida, desembargadora federal do TRF da 3ª Região. Para exemplificar, trouxe casos envolvendo queima da palha da cana em função das safras e suas leis pertinentes, bem como a mecanização do processo, a fim de buscar equilíbrio e evitar-se alto custo. “A finalidade é que ninguém recorra” se houve entendimento entre as partes, concluiu.

Kazuo Watanabe, desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo, um dos maiores responsáveis pelo movimento em prol da mediação e conciliação, no encerramento dos debates, refletiu a necessidade de equilíbrio para se alcançar solução razoável.



## Ações Regionais e Setoriais

### DR Limeira

II Encontro Itinerante de Negócios, realizado na cidade de Iracemápolis. O evento reuniu participantes da indústria, comércio e serviços com objetivo de promover contato entre as empresas participantes com possibilidade de desenvolver negócios entre elas, prestigiando o produto local e regional, gerando 750 contatos diretos para negócios.

O Grupo de Meio Ambiente de Limeira contou com apresentação do SENAI com propostas de melhorias nos processos produtivos e apresentações dos cases premiados no 2º Prêmio de Boas Práticas Ambientais para intercâmbio de experiências.

### Distrital Leste

2º Jornada de Negócios da Distrital Leste. Dentre atividades realizadas no evento, destacam-se o Seminário de Apoio à Empresas, Clínica Empresarial, Encontro de Negócios e STARTUPS e apresentação do Programa Conjunto Habitacional Sustentável – CRICA, para segregação e triagem de resíduos sólidos, com vista a inclusão dos materiais na economia circular da região.

**DR Cotia**

Reunião do Grupo de Meio Ambiente da DR-Cotia contou com palestra da empresa RCR Ambiental, localizada em Taboão da Serra/SP, sobre os serviços especializados em gestão de resíduos industriais e a solução completa na gestão dos produtos não-comercializáveis, produtos inservíveis e recuperação financeira, pelas empresas geradoras.

**DR Jaú**

Foram apresentadas ao GMA as mudanças ocorridas no processo de obtenção ou renovação de outorga para captação de água do DAEE, também foi apresentado e discutido as atividades desenvolvidas pela agência de controle de abastecimento público de água de Jaú - SAEMJA.

**DR São José do Rio Preto**

Foram apresentadas as mudanças ocorridas no processo de obtenção ou renovação de outorga para captação de água do DAEE e informações sobre o Ato Convocatório da Cobrança pelo uso da água na Bacia do Turvo/Grande.

**DR Marília**

A reunião do GMA Alta Paulista contou com a presença do gerente da agência da Cetesb de Marília, que falou sobre as mudanças no processo de licenciamento ambiental – Papel Zero, rotina de trabalho, fiscalização, CADRI - resíduos perigosos, dentre outros assuntos de interesse da indústria.

**DR Campinas**

O GMA Campinas realizou reunião ordinária com o objetivo de promover discussões para a obtenção de encaminhamentos de ações do setor industrial quanto a gestão do Sistema Cantareira, desdobramentos da COP 23 e das novas legislações acerca da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

**DR Santa Bárbara**

O DMA realizou palestra durante reunião de Diretoria do CIESP/Santa Bárbara acerca da agenda ambiental atual. Foram discutidos os impactos e oportunidades aos associados quanto a estudo em andamento sobre o potencial subterrâneo de uso da água, mudanças nos procedimentos de outorgas e plataformas de eficiência ambiental e hídrica.

**DR Rio Claro**

O DMA realizou palestra e participou da Reunião de Diretoria, em que foram debatidos e realizados encaminhamentos quanto aos aspectos ligados ao reajuste das tarifas no saneamento.

Grupo de Profissionais de Meio Ambiente das Indústrias do Vale do Paraíba (GPMAI)

O DMA esteve presente na reunião realizada no dia 25 de outubro, na Unidade de Tratamento e Gestão de Resíduos de Jambeiro (UTGR Jambeiro) pertencente ao Grupo ENGEP. Na oportunidade foram apresentados os conceitos e técnicas sobre gestão dos resíduos manuseados pela empresa, além de visita de campo.

**DR Botucatu**

O Grupo de Meio Ambiente do Ciesp de Botucatu contou com a presença do Professor Doutor Luiz César Ribas da UNESP de Botucatu, para um debate sobre o engajamento entre empresas, poder público e universidade; análise crítica da sustentabilidade e como as Políticas Públicas podem proteger os recursos naturais no estado de São Paulo.



**Atualize-se**

## **Sistema de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado**

Em novembro entrou no ar o Sistema de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado – SisGen, criado pelo Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016, que regulamenta a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, como um instrumento para auxiliar o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGen – na gestão do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado.

O SisGen é mantido e operacionalizado pela Secretaria-Executiva do CGen, e apresenta interface que possibilita ao usuário:

- i) Cadastrar acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado;
- ii) Cadastrar envio de amostra que contenha patrimônio genético para prestação de serviços no exterior;
- iii) Cadastrar remessa de amostra de patrimônio genético;
- iv) Notificar produto acabado ou material reprodutivo;
- v) Solicitar autorização de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado e de remessa ao exterior com anuências do Conselho de Defesa Nacional e do Comando da Marinha;
- vi) Solicitar credenciamento de instituições mantenedoras das coleções ex situ que contenham amostras de patrimônio genético;
- vii) Obter comprovantes de cadastros de acesso, cadastros de remessa e de notificações;
- viii) Obter certidões do procedimento administrativo de verificação; e
- ix) Solicitar atestados de regularidade de acesso.

### **Quais atividades devem ser registradas no SisGen?**

1. Acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado dentro do país realizado por pessoa natural ou jurídica nacional, pública ou privada;
2. Acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado por pessoa jurídica sediada no exterior associada a instituição nacional de pesquisa científica e tecnológica, pública ou privada;
3. Acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado realizado no exterior por pessoa natural ou jurídica nacional, pública ou privada;
4. Remessa de amostra de patrimônio genético para o exterior com a finalidade de acesso; e
5. Envio de amostra que contenha patrimônio genético por pessoa jurídica nacional, pública ou privada, para prestação de serviços no exterior como parte de pesquisa ou desenvolvimento tecnológico.

### **O que muda com a o funcionamento do SisGen?**

1. Iniciam-se os prazos para regularização das atividades em desacordo com a Medida Provisória 2.186/01\*.

\* Importante: para a regularização de bioprospecção e desenvolvimento tecnológico o cadastro só será permitido mediante a apresentação do Termo de Compromisso assinado (conforme Modelo ). Já para os casos de regularização de Pesquisa Científica basta o cadastro o SisGen.

2. Ficam autorizadas as remessas de amostras do patrimônio genético para o exterior, condicionadas ao seu cadastro e à apresentação do TTM - Termo de Transferência de Material;

3. Os produtos intermediários desenvolvidos a partir de 17 de novembro de 2015 já podem ser comercializados;
4. Todas as demais atividades previstas na Lei 13.123/15 que dependiam de cadastro poderão ser atualizadas no prazo de 1 ano - cadastro da pesquisa, notificação do produto acabado, publicações e divulgação dos resultados da pesquisa e pedidos de proteção intelectual.

Fonte: <http://www.mma.gov.br/patrimonio-genetico/conselho-de-gestao-do-patrimonio-genetico/sis-gen>



**Clique no link**  
<https://sisgen.gov.br>

**ODS**

## A contribuição do setor produtivo paulista para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Em 2015, líderes de governo e de estado reunidos na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável aprovaram, por consenso, o documento "Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável".

A Agenda traz 17 objetivos para alcançar o desenvolvimento sustentável até o ano 2030, conhecidos desde então como Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma continuação ampliada dos chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a partir dos quais foram complementados para responder a novos desafios. São integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.



Fonte: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

A Fiesp e o Ciesp, comprometidos com a facilitação da Agenda 2030 no Brasil e com o engajamento de cada vez mais atores, destina essa sessão a divulgar os ODS, apresentando o case da empresa vencedora na categoria Pequena e Microempresa do Prêmio Mérito Ambiental de 2016.

Nessa edição, trazemos o case da vencedora na categoria Médias e Grandes Empresas do Prêmio Mérito Ambiental de 2015.

## Empresa: Baxter

### Projeto: Gestão dos Recursos Naturais

A Baxter Hospitalar, empresa do ramo farmacêutico, está presente no Brasil há mais de 50 anos. Com mais de mil funcionários em 4 unidades, fabrica e comercializa produtos de biotecnologia, terapias especializadas e equipamentos médicos. O objetivo do projeto, Gestão dos Recursos Naturais, foi demonstrar o trabalho desenvolvido há anos com foco na redução do impacto das atividades da Baxter no meio ambiente, por meio da minimização do consumo de recursos naturais e redução das emissões de CO<sub>2</sub> no transporte de matéria prima e produto acabado. De 2005 a 2013, a Baxter reduziu o consumo de energia, a partir de operações, em 27% (indexado à receita). Para Daniel Gaspar Coelho, diretor de manufatura da Baxter Hospitalar, o prêmio foi o reconhecimento do trabalho e da dedicação da equipe, atenta aos seus indicadores. "O benefício não é só financeiro, para excelência operacional da qualidade do produto, mas também pessoal, pois essas ações as pessoas levam para a sua vida", afirmou.

#### ODS relacionadas a esse projeto:



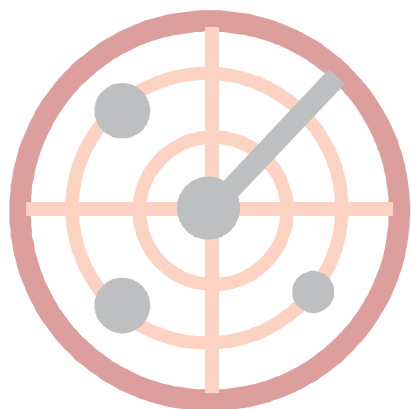
#### Indicadores desse projeto:



- redução do consumo de 30Gwh de energia elétrica;
- redução do consumo de 9Gm3 de gás natural;
- redução do consumo de 330 mil km de diesel;
- redução de emissão 50 mil tCO<sub>2</sub>;
- reutilização de 12 ton de resíduos.

Fonte: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>





188

## Representações em Fóruns/Colegiados

Acompanhe os principais temas em pauta nos diversos colegiados ambientais dos quais os DMAs Fiesp e Ciesp participam, defendendo os interesses do setor industrial paulista.

### Gestão territorial

#### Secretaria do Meio Ambiente (SMA)

A Secretaria promoveu evento para assinatura de protocolo de intenções entre a Associação Nacional dos Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA Nacional) e o Serviço Florestal Brasileiro, o qual fez apresentação sobre “Os dados do CAR como subsídio para o planejamento municipal”.

#### Parque Estadual do Itapetinga

Evento de posse dos conselheiros consultivos do Parque Estadual de Itapetinga. O DMA comporá o conselho gestor no próximo biênio.

#### Estações Ecológicas de Avaré e Paranapanema

Reunião dos conselhos gestores para posse dos novos membros e definição dos planos de trabalho. O setor industrial será representado pelas Diretórias Regionais do Ciesp Botucatu e Sorocaba.

#### Conselho de Meio Ambiente do Município de São José do Rio Preto

Reuniu-se para eleição de Diretoria e apresentação do Plano de Arborização Urbana.

#### Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo

Em reunião plenária do conselho gestor, foi prorrogado o atual mandato de seus membros e discutido o procedimento para renovação dos conselheiros.

### Licenciamento Ambiental

#### Conselho Estadual de Meio Ambiente

O Conselho aprovou o estudo e relatório de impacto ambiental da 2ª fase de implantação do Veículo Leve sobre Trilhos-VLT de Santos/SP, além de apreciar o Relatório Anual de Qualidade Ambiental-2017.

### Emissões atmosféricas

#### Comissão de Meio Ambiente da Abiquim

O DMA apresentou o status do processo de revisão da resolução CONAMA nº 03/1990, destacando os pontos defendidos pela indústria no âmbito do Grupo de Trabalho sobre Qualidade do Ar no CONAMA, com destaque a importância da realização de estudos, modelagens e inventários consistentes para a obtenção de diagnóstico da situação e origem dos poluentes, para atuar de maneira assertiva e sustentável.

#### Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema)

Apresentação da Proposta CETESB sobre o programa de controle de poluição do ar por veículos. Automotores (Proconve).

### Gestão Empresarial Ambiental

#### CNI Sustentabilidade 2017

Evento anual da CNI em que foram apresentados os avanços do setor industrial na agenda da sustentabilidade. O evento também debateu sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável- ODS, experiências internacionais sobre instrumentos econômicos para a precificação de carbono e a agenda

de mudança do clima no Brasil.

### **Comissão Municipal dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável de São José do Rio Preto**

Reunião da comissão municipal dos ODS de São José do Rio Preto para discussão de como o município deve incorporar a Agenda de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030) no planejamento e na gestão municipal. CIESP São José do Rio Preto irá compor a comissão como membro titular e suplente.

## **Resíduos sólidos**

### **Confederação Nacional da Indústria (CNI)**

Reunião da Rede de Resíduos Sólidos para discussão da deliberação e decreto que tratam da extensão da obrigatoriedade de implantação da Logística Reversa pelas empresas que não assinaram o Acordo Setorial.

### **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**

Reunião da Frente Parlamentar Ambientalista e pelo Desenvolvimento Sustentável para discussão sobre a compatibilização da Política Nacional de Resíduos Sólidos com a Política Estadual de Resíduos Sólidos.

### **Confederação Nacional da Indústria (CNI)**

A Rede de Resíduos Sólidos para discussão da deliberação e decreto que tratam da extensão da obrigatoriedade de implantação da Logística Reversa pelas empresas que não assinaram o Acordo Setorial.

### **Consorcio Intermunicipal de Municípios do Oeste Paulista**

Reunião para formação do consórcio intermunicipal de municípios do oeste paulista (macrorregião de Presidente Prudente e Marília) para construção de um aterro sanitário para resíduos sólidos domésticos que atendam os municípios.

## **Áreas protegidas**

### **Estação Ecológica de Avaré**

Reunião do conselho gestor quando foi apresentado os estudos já concluídos para o plano de manejo da estação, que está em fase de aprovação do diagnóstico.

### **Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema)**

Reunião do conselho quando foram apresentadas o

balanço da operação Corta-Fogo e do Programa Florestas Paulistas.

## **Mudança do clima**

### **Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia do Município de São Paulo**

Reunião em que foram apresentados os impactos da alteração do Código de Obras na Lei Solar em São Paulo.

### **Confederação Nacional da Indústria (CNI)**

A Rede Clima reuniu-se para apresentação do estudo "Mudança do Clima e Indústria Brasileira: Iniciativas e Recomendações para o Desenvolvimento de Estratégias de Implementação e Financiamento da NDC do Brasil" e planejamento e proposta de agenda da Rede Clima da Indústria Brasileira para 2018.

## **Recursos hídricos**

### **8º Fórum Mundial da Água – Encontro Regional Sudeste**

Evento preparatório para o 8º Fórum Mundial da Água realizado em São José do Rio Preto/SP, discutiu sobre a participação social e compartilhada na gestão das águas. O Fórum Mundial da Água é realizado a cada três anos, e é o maior evento sobre a temática da água do mundo. Sua oitava edição será realizado na cidade de Brasília/DF, em março/2018.

O Comitê de Bacias Hidrográficas Piracicaba, Capivari e Jundiaí aprovou plano de mídia para a gestão 2017 à 2019 referente ao trabalho a ser feito no Fórum.

### **Confederação Nacional da Indústria (CNI)**

Reunião da Rede de Recursos Hídricos para debates sobre proposta de reajuste dos valores da cobrança em rios de domínio da União e a participação do setor no 8º Fórum Mundial da Água que ocorrerá em março/2018. A proposta de atualização monetária está em tramitação no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e traz impactos nos valores a serem pagos pelos usuários naquelas bacias de água de rios de domínio da União, onde a cobrança já está implantada. O setor tem se posicionado contrariamente a proposta, devido aos aspectos de ilegalidade e de gestão quanto ao não respeito ao pacto nas bacias hidrográficas.

### **Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH)**

Reunião plenária em que houve a aprovação da

deliberação que estabelece diretrizes para o reúso direto não potável de água, proveniente de Estações de Tratamento de Esgoto Sanitário (ETEs) de sistemas públicos e destinação dos recursos financeiros advindos da 2ª certificação do PROGESTÃO/programa federal.

O Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Cofehidro) reuniu-se para definição do novo período de indicações de empreendimentos para financiamento do FEHIDRO em 2017, novo regimento interno e participação no Fórum Mundial de Água em 2018.

A Câmara de Proteção das Águas finalizou o relatório sobre a Viabilidade do Financiamento de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) pelo FEHIDRO.

A Câmara Técnica de Planejamento finalizou a minuta do Relatório de Situação dos Recursos Hídricos 2017 do Estado de São Paulo (ano base 2016).

### **Seminário “Eficiência Hídrica na Indústria”**

O DMA ministrou palestra no seminário organizado pela Câmara Brasil-Alemanha, em que se discutiu a escassez dos recursos hídricos e suas implicações para a indústria nacional.

### **Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)**

A Câmara Técnica Permanente de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras retomou a discussão, em conjunto com a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, da minuta de Resolução que trata do gerenciamento integrado de recursos hídricos superficiais e águas subterrâneas. Além deste tema, teve início dos debates da revisão da Resolução CNRH n. 16/2001, que “Estabelece critérios gerais para a outorga de direito de uso de recursos hídricos”.

### **Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)**

A Comissão de Estudo de Conservação de Água em Edificações deu continuidade à discussão das normas compreendendo o uso eficiente de água em edifícios e o uso de fontes alternativas (potável e não potável) à água fornecida pelas concessionárias de abastecimento.

Reunião do Grupo Técnico de Qualidade para discutir proposta dos parâmetros e respectivos limites para a qualidade da água de reuso visando aplicação em sistema de distribuição para edificações residências, comerciais e de serviços que irá compor a minuta de Normas Técnicas (ABNT) em discussão na Comissão de Estudo de Conservação de Água em Edificações.

### **Agência Nacional de Águas (ANA)**

O DMA participou da cerimônia de entrega do Prêmio ANA 2017 realizado em Brasília/DF. A premiação busca reconhecer o mérito de iniciativas que contribuam para a gestão e o uso sustentável dos recursos hídricos no Brasil, promovendo o combate à poluição e ao desperdício. A Fiesp compõe a comissão julgadora da premiação.

### **XIX Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB)**

O DMA participou do evento, realizado este ano em Sergipe, que teve por objetivo a troca de experiências entre os seus Comitês membros e apresentar como é feita a gestão participativa e compartilhada entre todos os componentes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. O encontro serviu de preparação para o 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado em Brasília, em março de 2018 e os participantes discutiram especialmente a questão das águas transfronteiriças e das águas subterrâneas.

## **Comitê de bacia**

### **Plano de Bacia**

Os Comitês discutiram seus Planos de Bacia, avaliando o andamento de sua elaboração e metas.

As câmaras técnicas dos CBHs Alto Tietê; Baixo/Tietê; e Médio Paranapanema discutiram o relatório que contém os planos de ações dos seus respectivos Plano de Bacias. Os planos de bacias são instrumentos de planejamento que servem para orientar a sociedade e os tomadores de decisão para a recuperação, proteção e conservação dos recursos hídricos das bacias ou regiões hidrográficas correspondentes. Estes Planos têm horizonte de longo prazo, devendo ser acompanhados por revisões e atualizações periódicas.

### **Plano de Bacia PCJ**

A CT do Plano de Bacias e o GT de acompanhamento do Plano, concluíram os pareceres relativos ao prognóstico e plano de ações do plano de Bacias. O DMA sugeriu que fossem glosados os itens faltantes nos relatórios apresentados do prognóstico e plano de ações para que parte do pagamento devido seja efetuado. Os parâmetros para as glosas saíram da deliberação CRH 146 e seu anexo. Após o acerto o trabalho do consórcio Profil-Rama será reavaliado.

O Comitê Paranapanema aprovou cronograma e priorização das ações propostas pelo grupo técnico de acompanhamento da implantação das ações do plano



de bacia. Nessa deliberação, o DMA solicitou que as ações propostas para o setor usuários (indústria) seja conduzida em conjunto com o grupo recursos hídricos formado no âmbito da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Agência Nacional de Água (ANA) e Associação Brasileira de fabricantes, além da presença de técnicos da Cetesb e Instituto Ambiental do Paraná (IAP) na definição do termo de referência para contratação desse estudo.

### **Operação Hidráulica**

O Comitê Paraíba do Sul retomou as discussões relativas as regras de operação do sistema integrado.

### **Plano Integrado de Recursos Hídricos**

O Comitê Rio Grande aprovou o relatório com a consolidação do Plano Integrado de Recursos Hídricos do Rio Grande. Durante a plenária, ocorreu a inclusão de dois artigos na minuta, que estabelecem a necessidade de se respeitar a legislação e os entes do sistema, bem como definiu a diretoria como responsável pelo encaminhamento das ações do PIRH nas esferas competentes do CBH.

### **Fehidro**

Os Comitês do Alto Tietê, Paraíba do Sul, Mogi Guaçu e Turvo Grande avaliaram os projetos apresentados para obtenção de recursos remanescentes do Fehidro 2017.

Os Comitês Baixada Santista, Alto Parapananema, Aguapeí e Peixe, Tietê Batalha e Alto Tietê reuniram-se para elaboração das deliberações de critérios para financiamento de projetos pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos em 2018.

Os CBHs Alto Tietê; Pardo; Turvo/Grande; São José dos Dourados; Sapucaí Mirim e Grande elaboraram suas respectivas minutas de deliberação com os critérios e cronograma a serem adotados para financiamento de projetos com recursos do Fundo Estadual de recursos hídricos – Fehidro em 2018.

### **Monitoramento hidrológico**

O Comitê Piracicaba, Capivari e Jundiá deliberou sobre as vazões a serem descarregadas do Sistema Cantareira para as bacias PCJ durante o período de estiagem. Durante a reunião foram deliberadas novas vazões (11 m<sup>3</sup>/s) para atendimento das demandas dos setores e ações para ampliar a capacidade hidráulica de escoamento dos rios.

### **Eleição**

Comitê do Rio Grande reuniu-se para revisão da

deliberação que dispõe sobre a criação, composição e atribuições da comissão eleitoral para o processo de preenchimento das vagas remanescentes do CBH Grande.

O Grupo de Operações Hidráulicas do Comitê Rio Paraíba do Sul Federal reuniu-se para eleição da nova coordenação para o próximo quadriênio. Foi eleito Humberto Duarte de Andrade, representante da empresa LIGHT Serviços de Eletricidade S/A. Nesta oportunidade, decidiu-se por diminuir a frequência de reuniões, tendo em vista o início do período de chuvas e a situação dos reservatórios na bacia.

### **Pagamento por serviços ambientais**

O Comitê Sorocaba e Médio Tietê aprovou a metodologia de cálculo para financiamento de projetos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) na bacia. A FIESP se posicionou contrária ao item de pauta relativo a metodologia de cálculo do PSA nas Bacias SMT. A metodologia sugerida não segue a resolução SMA 89/13, que fornece as diretrizes para o cálculo do PSA e infringe o decreto 55.957/10 que regulamenta a Política Estadual de mudanças climáticas em seu artigo que institui o PSA.

### **Orçamento e plano de trabalho**

A Fundação Agência de Bacias PCJ reuniu-se para aprovação da proposta orçamentária e do plano de trabalho da Fundação para a próxima gestão. A Fiesp tomou posse como representante do segmento indústria no conselho deliberativo da agência.

Cobrança pelo uso da água

O Comitê Paraíba do Sul analisou o termo de referência relativo ao aperfeiçoamento da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União na bacia. Esta ação é uma das metas do contrato de gestão e tem prazo para execução até 2018.

### **Outorgas**

O Comitê Sapucaí Mirim e Grande apresentou a demanda de outorgas da Bacia do Rio Canoas, da qual foi elaborada o Plano de Contingência Emergencial para a bacia.

### **Licenciamento Ambiental**

O Grupo Técnico de Consultas Ambientais do Comitê Alto Tiete reuniu-se para apresentação do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), com as principais informações, as propostas e os resultados do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Contorno Ferroviário de São Paulo – Ferroanel Norte, como parte do processo de

obtenção da Licença Ambiental Prévia junto à CETESB. O empreendimento é uma ferrovia com 53 km de extensão para o transporte exclusivo de cargas destinada a contornar a parte norte da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). O traçado da ferrovia é, na maior parte, vizinho ao traçado do Rodoanel Mário Covas (Trechos Norte e Leste), o que permite compartilhar a faixa de domínio em grande parte do percurso, diminuindo significativamente as desapropriações e os impactos sociais e ambientais.

### **Planejamento para 2018**

O Grupo de Articulação Institucional do Comitê Rio Paraíba do Sul Federal consolidou a proposta de agenda de trabalho para o próximo quadriênio, que será submetida a diretoria. O foco das ações será na harmonização da outorga e monitoramento na bacia, bem como na aplicação mais efetiva dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Também foi prevista a proposta de revisão das atribuições do grupo e de sua composição.

O Comitê Paranapanema aprovou as deliberações referentes ao relatório de atividades e agenda para o ano de 2018.

### **Estudo do Potencial Subterrâneo em regiões industriais das Bacias PCJ**

Por meio da solicitação da Câmara Técnica da Indústria dos Comitês PCJ, está em andamento estudo para avaliação do potencial subterrâneo com vistas ao uso industrial em 7 parques: Americana,

Nova Odessa, Santa Bárbara, Atibaia, Sumaré, Jundiaí e Paulínia. Em 19 de outubro ocorreu a oficina envolvendo os interessados e câmaras técnicas afetas. A previsão de conclusão é para o primeiro semestre de 2018.

### **Pequenas centrais hidrelétricas**

O Comitê Médio Paranapanema reuniu-se para discussão sobre as denúncias de falta de estudos técnicos sobre os impactos ambientais ao longo da bacia hidrográfica referente a construção das pequenas centrais hidrelétricas (PCH) do Rio Pardo.

### **Área de Proteção Permanente (APP)**

O grupo técnico Mananciais do Comitê do Pontal do Paranapanema reuniu-se para discussão e avaliação do projeto de recuperação de Área de Proteção Permanente (APP) no córrego amargoso no município de Taciba/SP.

### **Perfuração de poços**

A Câmara Técnica de Saneamento e Águas Subterrâneas do Comitê do Pardo analisou a minuta de deliberação que trata da restrição de perfuração de poços em Ribeirão Preto.

### **APRM - Alto Juquiá**

O DMA participou da CT-APRM Alto Juquiá para discutir a proposta de PDPA apresentada pela SSRH e continuou o debate da minuta do Projeto de Lei específica para a APRM.

## **Eventos**

### **Workshop Acordos Setoriais no âmbito da lei da Biodiversidade**

Evento organizado pela Confederação Nacional da Indústria para lançamento do estudo sobre Legislação internacional de acesso aos Recursos Genéticos.

### **Seminário Green Bonds e Financiamento Verde**

Promovido pela Climate Bonds Initiative, evento teve como proposta debater as experiências e oportunidades do financiamento verde no Brasil

### **Workshop: Infraestrutura Verde e o Potencial para a Gestão Eficaz dos Recursos Hídricos**

Evento organizado pelo Ministério de Meio Ambiente e Confederação Nacional da Indústria, teve por objetivo consolidar informações relativas a inter-relação das práticas com resultados efetivos de modo a criar uma base comum e consolidação de conceitos, além daqueles contemplados em iniciativas de pagamento de serviços ambientais.

### **XIX Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB)**

O DMA participou do evento, realizado este ano em Sergipe, que teve por objetivo a troca de experiências entre os seus Comitês membros e apresentar como é feita a gestão participativa e compartilhada entre todos os componentes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. O encontro serviu de preparação para o 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado em Brasília, em março de 2018 e os participantes discutiram especialmente a questão das águas transfronteiriças e das águas subterrâneas.

### **Palestras Temáticas do Plano Diretor de São José do Rio Preto**

Organizado pela Prefeitura de São José do Rio Preto, evento abordou o desenvolvimento da gestão pública, desenvolvimento territorial e planejamento urbano.

### **Workshop Embalagem e Sustentabilidade**

Workshop organizado pelo Instituto de Embalagens, em que se discutiu análise de ciclo de vida, rotulagem ambiental, reciclagem, definição de materiais e inovações para o setor de embalagens.

### **Feira Internacional de Máquinas, Equipamentos, Produtos e Serviços para a Panificação**

O DMA ministrou palestra sobre "Produção e Consumo Sustentáveis (PCS) – Oportunidades de Negócios", apresentando os conceitos sobre PCS, dicas de como incorporar os elementos de sustentabilidade no desenvolvimento de produtos e serviços, passando pela seleção de fornecedores e compra de matérias-primas até o descarte final dos produtos e suas embalagens.

### **Ferramenta de Risco Hídrico**

Evento realizado pela WWF para lançamento da Ferramenta de Risco Hídrico. A ferramenta é um instrumento que ajuda as empresas e investidores a avaliar, analisar, valorizar e reagir aos riscos relacionados à água em suas operações e investimentos.

## **Diplomas legais recentes - Federal**

### **Gestão Ambiental Empresarial**

#### **Lei nº 13.493, de 17 de outubro de 2017**

Estabelece o Produto Interno Verde (PIV), em cujo cálculo será considerado o patrimônio ecológico nacional.

#### **Decreto nº 9.178, de 23 de outubro de 2017**

Altera o Decreto nº 7.746, de 2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (Cisap).

#### **Decreto nº 9.179, de 23 de outubro de 2017**

Altera o Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, para dispor sobre conversão de multas.

#### **Portaria SGOV nº 81, de 11 de outubro de 2017**

Aprova o Regimento Interno da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

### **Substâncias controladas**

#### **Resolução ANTT nº 5.581, de 22 de novembro de 2017**

Altera a Resolução ANTT nº 5.232, de 2016, que aprova as Instruções Complementares ao Regulamento

Terrestre do Transporte de Produtos Perigosos, e seu anexo.

## Área de proteção

### **Resolução SFB nº 38, de 5 de outubro de 2017**

Estabelece indicadores técnicos classificatórios e bonificadores a serem utilizados nos editais de concessão florestal federal, e dá outras providências.

### **Portaria FF nº 189, de 17 de novembro de 2017**

Dispõe sobre a reorganização do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) Itupararanga, biênio 2017-2019.

## Biodiversidade

### **Portaria ICMBio nº 375, de 5 de outubro de 2017**

Institui a Comissão de Ética no Uso de Animais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, com atuação no âmbito nacional.

### **Portaria MCTIC nº 5.861, de 5 de outubro de 2017**

Institui o novo Sistema de Cadastro das Instituições de Uso Científico de Animais - Ciuca.

### **Portaria MMA nº 350, de 8 de setembro de 2017**

Aprova os instrumentos de Termos de Compromisso a serem firmados entre os usuários e a União, para fins de regularização do acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado, nos termos da Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015.

### **Portaria MMA nº 381, de 3 de outubro de 2017**

Altera o Regimento Interno do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético - Cgen.

### **Portaria MMA nº 422, de 6 de novembro de 2017**

Aprova os instrumentos de Termos de Compromisso a serem firmados entre o usuário e a União, para fins de regularização do acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado, nos termos da Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015.

### **Instrução Normativa ICMBio nº 3, de 4 de setembro de 2017**

Institui o Programa Nacional de Monitoramento da

Biodiversidade do Instituto Chico Mendes.

## Resíduos sólidos

### **Decreto nº 9.177, de 23 de outubro de 2017**

Regulamenta o art. 33 da Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e complementa os art. 16 e art. 17 do Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010 e dá outras providências.

### **Resolução Conama nº 481, de 3 de outubro de 2017**

Estabelece critérios e procedimentos para garantir o controle e a qualidade ambiental do processo de compostagem de resíduos orgânicos, e dá outras providências.

### **Portaria MMA nº 382, de 3 outubro de 2017**

Torna pública a abertura do processo de Consulta Pública da proposta de Termo de Compromisso para implantação de Sistema de Logística Reversa de Embalagens de Aço, conforme procedimento definido pelo Comitê Orientador para Implantação de Sistemas de Logística em sua Deliberação nº 01/2012.

### **Deliberação Cori nº 11, de 25 de setembro de 2017**

Estabelece que a implementação de sistemas de logística reversa deve buscar atender as diretrizes que especifica.

## Mudança do clima

### **Decreto nº 9.172, de 17 de outubro de 2017**

Institui o Sistema de Registro Nacional de Emissões - Sirene, dispõe sobre os instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima a que se refere o inciso XIII do caput do art. 6º da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e altera o Decreto nº 7.390, de 09 de dezembro de 2010, que regulamenta a referida Política.

### **Convênio ICMS Confaz nº 156, de 10 de novembro de 2017**

Prorroga o Convênio ICMS 101/97, que concede isenção do ICMS nas operações com equipamentos e componentes para o aproveitamento das energias solar e eólica que especifica.



## Recursos hídricos

### **Lei nº 13.501, de 30 de outubro de 2017**

Altera o art. 2º da Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, para incluir o aproveitamento de águas pluviais como um de seus objetivos.

### **Resolução ANA nº 1.935, de 30 de outubro de 2017**

Altera e acrescenta dispositivos da Resolução ANA nº 317, de 26 de agosto de 2003, que institui o Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos.

### **Resolução ANA nº 1.931, de 30 de outubro de 2017**

Torna públicas as recomendações constantes do Ofício nº 2/2015/AA-ANA, bem como as condicionantes operativas referentes à transposição do reservatório da UHE Jaguari para o reservatório Atibainha constantes do Relatório Conjunto, datado de 15 de janeiro de 2015.

### **Resolução ANA nº 1.937, de 30 de outubro de 2017**

Dispõe sobre o conteúdo dos extratos para publicação no Diário Oficial da União dos pedidos de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos.

### **Resolução ANA nº 1.938, de 30 de outubro de 2017**

Dispõe sobre procedimentos para solicitações e

critérios de avaliação das outorgas preventivas e direito de uso de recursos hídricos.

### **Resolução ANA nº 1.939, de 30 de outubro de 2017**

Dispõe o processamento eletrônico de outorgas preventivas e de direito de uso de recursos hídricos.

### **Resolução ANA nº 1.940, de 30 de outubro de 2017**

Dispõe sobre critérios para definição de derivações, captações e lançamentos de efluentes insignificantes, bem como serviços e outras interferências em corpos d'água de domínio da União não sujeitos a outorga.

### **Resolução ANA nº 1.941, de 30 de outubro de 2017**

Estabelece obrigações e regras para as outorgas preventivas e de direito de uso de recursos hídricos.

### **Resolução ANA nº 1.942, de 30 de outubro de 2017**

Dispõe sobre delegação de competência para tornar públicos, examinar e decidir sobre pedidos e atos relacionados a outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos.

### **Resolução Conama nº 482, de 3 de outubro de 2017**

Dispõe sobre a utilização da técnica de queima controlada emergencial como ação de resposta a incidentes de poluição por óleo no mar.

## Projetos de Lei

### **Resíduos sólidos**

PLS nº 328/2017 - Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que "institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências", para incluir como conteúdo obrigatório do Plano Nacional de Resíduos Sólidos a instituição do programa nacional de aproveitamento de resíduos sólidos.

### **Recursos hídricos**

PLS nº 369/2017 - Altera o § 1º do art. 4º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para destinar recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento a ações de revitalização de bacias hidrográficas localizadas nas áreas de atuação das Superintendências de Desenvolvimento Regional.

### **Áreas de proteção**

PL nº 9.078/2017 - Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para dispor sobre o incêndio doloso em Unidades de Conservação de Proteção Integral.

PL nº 8.855/2017 - Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para considerar o desmatamento crime hediondo e determinar a perda da terra desmatada.

### **Gestão Ambiental Empresarial**

PL nº 9.017/2017 - Altera a Lei nº 9.605, de 12 de

fevereiro de 1998 - Lei de Crimes Ambientais, para determinar que a sanção administrativa de destruição dos instrumentos utilizados no cometimento de infrações ambientais somente ocorrerá após o devido processo administrativo, no qual se demonstre a impossibilidade de destinação diversa da destruição.

PL nº 8.856/2017 - Dispõe sobre as ações práticas de conservação da Natureza, no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental, Lei 9.795, de 27 de abril de 1999.

### **Emissões Atmosféricas**

PL nº 8.631/2017 - Estabelece distância mínima para a implantação de indústrias que tenham emissões gasosas de SO<sub>2</sub>, SO<sub>3</sub> e NO<sub>x</sub> no entorno de unidades de conservação em terras indígenas e quilombolas.

### **Mudança do clima**

PL nº 8.628/2017 - Altera a Lei 12.114, de 9 de dezembro de 2009, para incluir a promoção de campanhas de conscientização sobre as mudanças climáticas entre as destinações para os recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima.

PL nº 9.086/2017 - Dispõe sobre a Política Nacional de Biocombustíveis - RenovaBio e dá outras providências.

PLS nº 454/2017 - Altera a Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências, para dispor sobre a vedação a comercialização e a circulação de automóveis movidos a combustíveis fósseis.

### **Licenciamento ambiental**

PL nº 9177/2017 - Dispõe sobre a inexigibilidade de licenciamento ambiental para os casos que especifica.

### **Recursos hídricos**

PL nº 9112/2017 - Altera o § 1º do art. 4º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para destinar recursos dos fundos constitucionais de financiamento a ações de revitalização de bacias hidrográficas localizadas nas áreas de atuação das superintendências de desenvolvimento regional.

## **Diplomas legais recentes - Estadual**

### **Área de proteção**

#### **Decreto nº 62.914, de 8 de novembro de 2017**

Reorganiza o Programa de Incentivos à Recuperação de Matas Ciliares e à Recomposição de Vegetação nas Bacias Formadoras de Mananciais de Água - Programa Nascentes e dá providências correlatas.

#### **Resolução SMA nº 89, de 5 de setembro de 2017**

Reorganiza o Conselho Consultivo do Parque Estadual da Cantareira.

#### **Resolução SMA nº 90, de 5 de setembro de 2017**

Reorganiza o Conselho Consultivo do Parque Estadual Alberto Löfgren - PEAL.

#### **Resolução SMA nº 91, de 5 de setembro de 2017**

Reorganiza o Conselho Consultivo do Parque Estadual de Campos do Jordão.

#### **Resolução SMA nº 93, de 6 de setembro de 2017**

Constitui o Comitê de Integração dos Planos de Manejo com o objetivo de estabelecer diretrizes e procedimentos para a elaboração, revisão e implantação dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação Estaduais, e dá outras providências.

#### **Resolução SMA nº 94, de 12 de setembro de 2017**

Reorganiza o Conselho Consultivo da Floresta Estadual de Guarulhos.

#### **Resolução SMA nº 95, de 12 de setembro de 2017**

Reorganiza o Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Itapeti.

**Resolução SMA nº 96, de 12 de setembro de 2017**

Reorganiza o Conselho Consultivo do Monumento Natural Estadual da Pedra Grande.

**Resolução SMA nº 97, de 12 de setembro de 2017**

Reorganiza o Conselho Consultivo do Parque Estadual de Itaberaba.

**Resolução SMA nº 98, de 13 de setembro de 2017**

Reorganiza o Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Marília.

**Resolução SMA nº 99, de 13 de setembro de 2017**

Reorganiza o Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Avaré.

**Resolução SMA nº 100, de 13 de setembro de 2017**

Reorganiza o Conselho Consultivo da Floresta Estadual de Pederneiras.

**Resolução SMA nº 101, de 13 de setembro de 2017**

Reorganiza o Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Paranapanema.

**Resolução SMA nº 103, de 14 de setembro de 2017**

Reorganiza o Conselho Consultivo do Parque Estadual do Itapetinga.

**Resolução SMA nº 104, de 18 de setembro de 2017**

Reorganiza o Conselho Consultivo do Monumento Natural Estadual da Pedra do Baú.

**Resolução SMA nº 105, de 18 de setembro de 2017**

Reorganiza o Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Bananal.

**Resolução SMA nº 109, de 21 de setembro de 2017**

Reorganiza o Conselho Consultivo do Parque Estadual da Serra do Mar - Núcleo Santa Virgínia.

**Resolução SMA nº 110, de 21 de setembro de 2017**

Reorganiza o Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental - APA do Rio Batalha.

**Resolução SMA nº 111, de 21 de setembro de 2017**

Reorganiza o Conselho Consultivo do Parque Estadual Restinga de Bertiooga.

**Resolução SMA nº 112, de 21 de setembro de 2017**

Reorganiza o Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental - APA São Francisco Xavier.

**Resolução SMA nº 114, de 29 de setembro de 2017**

Reorganiza o Conselho Consultivo da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - FEENA.

**Resolução SMA nº 115, de 29 de setembro de 2017**

Reorganiza o Conselho Consultivo do Parque Estadual da Serra do Mar - Núcleo Itariru.

**Resolução SMA nº 118, de 2 de outubro de 2017**

Constitui Grupo de Trabalho para desenvolver estudos e propor ações de proteção, conservação e desenvolvimento sustentável da Serra da Mantiqueira.

**Resolução SMA nº 134, de 25 de outubro de 2017**

Acresce dispositivo à Resolução SMA 118, de 02/10/2017, que constituiu Grupo de Trabalho para desenvolver estudos e propor ações de proteção, conservação e desenvolvimento sustentável da Serra da Mantiqueira.

**Resolução SMA nº 135, de 27 de outubro de 2017**

Reorganiza o Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental Tietê.

**Resolução SMA nº 142, de 7 de novembro de 2017**

Institui o Projeto Pagamento por Serviços Ambientais - PSA Mata Ciliar, no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - PDRS.

**Portaria FF nº 142, de 22 de setembro de 2017**

Dispõe sobre a instituição do Conselho Consultivo do Parque Estadual do Jaraguá, biênio 2017-2019.

**Portaria FF nº 149, de 22 de setembro de 2017**

Dispõe sobre a instituição do Conselho Consultivo do Parque Estadual de Guarulhos, biênio 2017-2019.

**Portaria FF nº 150, de 22 de setembro de 2017**

Dispõe sobre a instituição do Conselho Consultivo do Parque Estadual do Itaberaba, biênio 2017-2019.

**Portaria FF nº 151, de 22 de setembro de 2017**

Dispõe sobre a instituição do Conselho Consultivo do Parque Estadual do Itapetinga, biênio 2017-2019.

**Portaria FF nº 152, de 22 de setembro de 2017**

Dispõe sobre a instituição do Conselho Consultivo do Monumento Natural Estadual da Pedra Grande, biênio 2017-2019.

**Portaria FF nº 153, de 22 de setembro de 2017**

Dispõe sobre a instituição do Conselho Consultivo do Parque Estadual da Cantareira, biênio 2017-2019.

**Portaria FF nº 154, de 28 de setembro de 2017**

Dispõe sobre a reorganização do Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Itapeti, biênio 2017-2019.

**Portaria FF nº 158, de 28 de setembro de 2017**

Dispõe sobre a reorganização do Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental APA Rio Batalha, biênio 2017-2019.

**Portaria FF nº 159, de 25 de setembro de 2017**

Dispõe sobre a instituição do Conselho Consultivo do Parque Estadual de Campos do Jordão, biênio 2017-2019.

**Portaria FF nº 160, de 25 de setembro de 2017**

Dispõe sobre a instituição do Conselho Consultivo do Parque Estadual da Serra do Mar - Núcleo Santa Virgínia, biênio 2017-2019.

**Portaria FF nº 161, de 25 de setembro de 2017**

Dispõe sobre a instituição do Conselho Consultivo da APA São Francisco Xavier, biênio 2017-2019.

**Portaria FF nº 163, de 27 de setembro de 2017**

Dispõe sobre a instituição do Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Bananal, biênio 2017-2019.

**Portaria FF nº 164, de 27 de setembro de 2017**

Dispõe sobre a instituição do Conselho Consultivo Monumento Natural da Pedra do Baú, biênio 2017-2019.

**Portaria FF nº 165, de 29 de setembro de 2017**

Dispõe sobre a instituição do Conselho Consultivo do Parque Estadual Restinga de Bertiooga - biênio 2017-2019.

**Portaria FF nº 166, de 6 de outubro de 2017**

Dispõe sobre a instituição do Conselho Consultivo do Parque Estadual da Serra do Mar - Núcleo Itariru, biênio 2017-2019.

**Portaria FF nº 175, de 6 de outubro de 2017**

Dispõe sobre a reorganização do Conselho Consultivo da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - FEENA, biênio 2017-2019.

**Resolução SMA nº 136, de 30 de outubro de 2017**



Dispõe sobre as designações dos membros do Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Avaré.

**Resolução SMA nº 137, de 30 de outubro de 2017**

Dispõe sobre as designações dos membros do Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Paranapanema.

**Resolução SMA nº 140, de 1º de novembro de 2017**

Dispõe sobre as designações dos membros do Conselho Consultivo do Núcleo Santa Virgínia do Parque Estadual da Serra do Mar.

**Resolução SMA nº 141, de 1º de novembro de 2017**

Dispõe sobre as designações dos membros do Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Marília.

**Resolução SMA nº 156, de 5 de dezembro de 2017**

Dispõe sobre as designações dos membros do Conselho Consultivo do Parque Estadual da Serra do Mar - Núcleo Itariru.

**Resolução SMA nº 142, de 7 de novembro de 2017**

Institui o Projeto Pagamento por Serviços Ambientais - PSA Mata Ciliar, no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - PDRS.

## Resíduos sólidos

**Resolução SMA nº 117, de 29 de setembro de 2017**

Estabelece condições para o licenciamento de aterros municipais no Estado de São Paulo.

**Resolução SMA nº 151, de 27 de novembro de 2017**

Institui, no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, o Comitê de Integração de Resíduos Sólidos, e dá outras providências.

## Recursos hídricos

**Decreto nº 62.798, de 23 de agosto de 2017**

Revoga o Decreto nº 59.093, de 15 de abril de 2013, que institui, junto à Casa Civil, os Planos de Despoluição dos Rios da Região Metropolitana de São Paulo - RMSP, e de Requalificação Urbana e Social das Marginais do Sistema Tietê-Pinheiros e dá providências correlatas; e o inciso XIV do artigo 3º do Decreto nº 61.038, de 1º de janeiro de 2015, que organiza a Casa Civil, do Gabinete



do Governador, e dá providências correlatas.

#### **Deliberação CRH nº 204, de 25 de outubro de 2017**

Estabelece diretrizes para o reúso direto não potável de água, proveniente de Estações de Tratamento de Esgoto Sanitário (ETEs) de sistemas públicos para fins urbanos e dá outras providências.

## Ordenamento territorial

#### **Decreto nº 62.913, de 8 de novembro de 2017**

Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico do Setor do Litoral Norte, e dá providências correlatas.

## Gestão ambiental empresarial

#### **Resolução SMA nº 138, de 30 de outubro de 2017**

Acrescenta e altera dispositivos à Resolução SMA 51, de 31/05/2016, que disciplina o procedimento de conversão de multa administrativa simples em serviço ambiental.

#### **Portaria CFA nº 14, de 13 de setembro de 2017**

Dispõe sobre os procedimentos para conversão de medidas administrativas aplicadas pela autoridade autuante em sanções administrativas e para restituição de instrumentos apreendidos pela fiscalização mediante celebração de Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental.

#### **Decisão de Diretoria Cetesb nº 265, de 15 de setembro de 2017**

Dispõe sobre a atualização/revisão dos preços dos

produtos e serviços oferecidos pela CETESB e dá outras providências.

#### **Decisão de Diretoria Cetesb nº 251, de 5 de setembro de 2017**

Dispõe sobre a revisão do "Regimento Interno das Câmaras Ambientais do Estado de São Paulo", instituídas no âmbito da CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo.

## Licenciamento

#### **Decisão de Diretoria Cetesb nº 210, de 4 de agosto de 2017**

Disciplina o licenciamento ambiental de instalações portuárias no Estado de São Paulo e promove alteração na Decisão de Diretoria 210/2016/I/C, de 28/09/2016.

#### **Decisão de Diretoria Cetesb nº 247, de 28 de agosto de 2017**

Instruções para protocolização dos documentos digitais dos processos de licenciamento com AIA no e-ambiente.

#### **Revisão do decreto 8468**

Decreto nº 625.973, de 28 de novembro de 2017 - Dá nova redação a dispositivos do Regulamento da Lei nº 997, de 31 de maio de 1976, aprovado pelo Decreto nº 8.468, de 8 de setembro de 1976, que dispõe sobre a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente, e a dispositivos do Decreto 47.400, de 4 de dezembro de 2002, que regulamenta disposições da Lei nº 9509, de 20 de março de 1997, referentes ao licenciamento ambiental. Este decreto entra em vigor em 30 (trinta) dias após a sua publicação.

## Projetos de Lei

### **Resíduos sólidos**

PL nº 915/2017 - Dispõe sobre a utilização de urnas para depósitos de embalagens em estabelecimentos comerciais no Estado.

PL nº 953/2017 - Dispõe sobre a destinação final dos cilindros para armazenamento de gás natural veicular (GNV), utilizado como combustível com prazo de validade vencido e/ou reprovado na requalificação.

PL nº 1103/2017 - Institui a Política Estadual de Crédito para Cooperativas e Associações especializadas em reciclagem de materiais obtidos no lixo ou em programas de coleta seletiva, em todos os estágios necessários para que cheguem desonerados às indústrias de reciclagem.

### **Gestão Empresarial Ambiental**

PL nº 1102/2017 - Cria a "Política Estadual de Educação de Consumo Sustentável" no Estado.

## Serviços DMA

Além do Informe Ambiental e do Monitore, o DMA também oferece:

### Portal bolsa de resíduos

Cadastro que permite às empresas divulgarem gratuitamente as ofertas de compra e venda de resíduos industriais.

### Cadastro eletrônico de prestadores de serviços

Banco de dados de prestadores de serviços, fabricantes e consultores na área de meio ambiente.



#### **Clique no link**

<http://www.fiesp.com.br/servicos/bolsa-residuos-fiesp/>

<http://www.fiesp.com.br/servicos/cadastro-eletronico-de-prestadores-de-servicos-ambiental/>

## Avisos

### Cobrança pelo uso da Água

Ato Convocatório para implantação da Cobrança pelo Uso da Água - Comitê de Bacia do Turvo/Grande

Por intermédio da Portaria DAEE-3239 de 02/10/2017 foi fixado o prazo de **03/10/17 a 01/01/18** para que todos os usuários outorgados de água confirmem e/ou alterem os dados relacionados aos seus usos (captação, consumo e lançamento) para efeito de cálculo dos valores correspondentes e respectiva emissão dos boletos de cobrança pelo uso da água na Bacia do Turvo/Grande.

#### **Maiores informações poderão ser obtidas em:**

CIESP, regionais de São José do Rio Preto e Ribeirão Preto



#### **Clique no link**

<http://www.atoconvocatorio.daee.sp.gov.br>

### ABNT

NBR ISO 20.400:2017 - Compras sustentáveis — Diretrizes da ABNT

## Seleção de organizações para teste do “Guidelines for Providing Product Sustainability Information”-ONU Meio Ambiente

A ONU Meio Ambiente lançou a publicação "Guidelines for providing product sustainability information", com o objetivo de disponibilizar diretrizes para a elaboração e interpretação de propagandas de atributos de sustentabilidade de produtos para o consumidor. Para testar a aplicação do Guia, a ONU Meio Ambiente abriu inscrições para organizações que tenham interesse de fazer uma avaliação de propaganda neste sentido para um produto ou serviço, de forma gratuita.

Os interessados devem enviar as informações abaixo para o email [ciscp@un.org](mailto:ciscp@un.org) até dia 15/12 e se selecionados, participar das atividades de webinars e preenchimento de questionários:

- Nome da empresa e do representante
- Tamanho da empresa (pequena, média, grande)
- País(es) em que a empresa opera
- Reivindicação de produto / serviço que você gostaria de analisar
- Natureza (rótulo, declaração de produto, footprinting, etc.)
- Se a sua reivindicação é verificada por um terceiro ou autodeclarada

Link da publicação: <http://www.scpclearinghouse.org/resource/guidelines-providing-product-sustainability-information>

## Norma com novos limites de importação de HCFC é submetida a consulta

Brasília (24/11/2017) - Está disponível para consulta pública a proposta de Instrução Normativa (IN) que revisa os limites de importação de Hidroclorofluorcarbonos (HCFC) e de misturas que contenham o composto.

Durante a 19ª Reunião das Partes do Protocolo de Montreal, tratado internacional que prevê a substituição de substâncias nocivas à camada de ozônio nos países signatários, foi aprovada a Decisão XIX/6, que estabeleceu novo cronograma de eliminação da produção e consumo dos HCFC. Em 1º de janeiro de 2013 ocorreu o congelamento do consumo e produção dos HCFC com base no consumo médio dos anos de 2009 e 2010; em 2015 houve a redução de 10% em relação a 2013; e haverá redução de 35% em 2020; 67,5% em 2025; 97,5% em 2030; e a eliminação do consumo em 2040.

No Protocolo de Montreal, o consumo de SDO por um país é definido pela soma das quantidades produzida e importada, subtraída a quantidade exportada e/ou destruída dessas substâncias puras ou em misturas. No Brasil não há produção de HCFC, portanto o compromisso foi assumido em relação à importação. Em 2011, o país submeteu ao Comitê Executivo do Fundo Multilateral para a Implementação do Protocolo de Montreal o Programa Brasileiro de Eliminação dos HCFC (PBH) com as metas para atender ao novo cronograma.

O Ibama executa as políticas e normas nacionais relacionadas ao controle de substâncias que destroem a camada de ozônio, além de ser responsável pela anuência nas importações e exportações desses produtos.

A estratégia brasileira para a Fase 1 teve como objetivo reduzir o consumo de HCFC-141b na manufatura de espumas, por meio da eliminação do uso de HCFC-141b por empresas multinacionais para a fabricação de refrigeradores domésticos, e por meio de projetos de conversão financiados pelo Fundo Multilateral (FML) para o setor de manufatura de espumas de poliuretano. Já existem alternativas viáveis econômica e ambientalmente para esta substância. Também faz parte da estratégia eliminar parte do consumo de HCFC-22 no setor de serviços de refrigeração e ar condicionado.

Na Fase 2, que já está em andamento, os objetivos são: eliminar o consumo de HCFC-141b na manufatura de espumas com a finalização dos projetos de conversão e iniciar a redução de HCFC-22 na produção de equipamentos de refrigeração e ar condicionado. Estão previstas:

- redução de 39,30% em relação à linha de base, com a redução de 90,03% da cota específica do HCFC-141b a partir de 1º de janeiro de 2020;
- redução de 51,60% em relação à linha de base, com a redução de 27,10% da cota específica do HCFC-22 em de 1º de janeiro de 2021.

A adoção de um instrumento normativo para regulamentar a nova fase de redução do consumo de HCFC e cumprir o acordo com o FML e o previsto no PBH é essencial.

A publicação da Instrução Normativa visa oferecer respaldo legal para o estabelecimento de novos limites de importação de HCFCs por substância e por empresa, dando sequência ao controle iniciado pela IN Ibama 207/08 e continuado pela IN Ibama 14/12.

Após a leitura da proposta da Instrução Normativa, os interessados devem preencher o formulário eletrônico (no [google.form](https://www.google.com/forms)) com suas colaborações.

A consulta pública estará disponível até 26 de janeiro de 2018.

Diretoria de Qualidade Ambiental/Ibama

## **Norma que atualiza regulamentação do controle de atividades potencialmente poluidoras é submetida a consulta pública**

Brasília (24/11/2017) - Está disponível para consulta pública no site do Ibama a proposta de Instrução Normativa (IN) que atualiza a regulamentação sobre controle ambiental de atividades potencialmente poluidoras com uso de substâncias sujeitas a controle e eliminação em conformidade com o Protocolo de Montreal (tratado internacional que prevê a substituição de substâncias nocivas à camada de ozônio nos países signatários).

A norma em vigor atualmente (IN Ibama nº 37/2004) não especifica quem deve ter registro no CTF/APP, além de não fazer referência a hidrofluorcarbonetos, incluídos em outubro no Protocolo de Montreal.

O Ibama é responsável por controlar as substâncias listadas nos anexos do Protocolo de Montreal e consolidar os dados a serem apresentados aos países signatários. A base legal para o cumprimento desse compromisso é composta pela Instrução Normativa Ibama nº 06/2013 e pela IN Ibama nº 37/2004.

A anuência do Instituto às importações e exportações no Sistema de Comércio Exterior (Siscomex) é fundamental para o controle do consumo de substâncias controladas no país.

Informações adicionais sobre recolhimento, regeneração, incineração e setor de aplicação são fornecidas pelas pessoas físicas ou jurídicas em relatórios eletrônicos feitos pela página do Ibama.

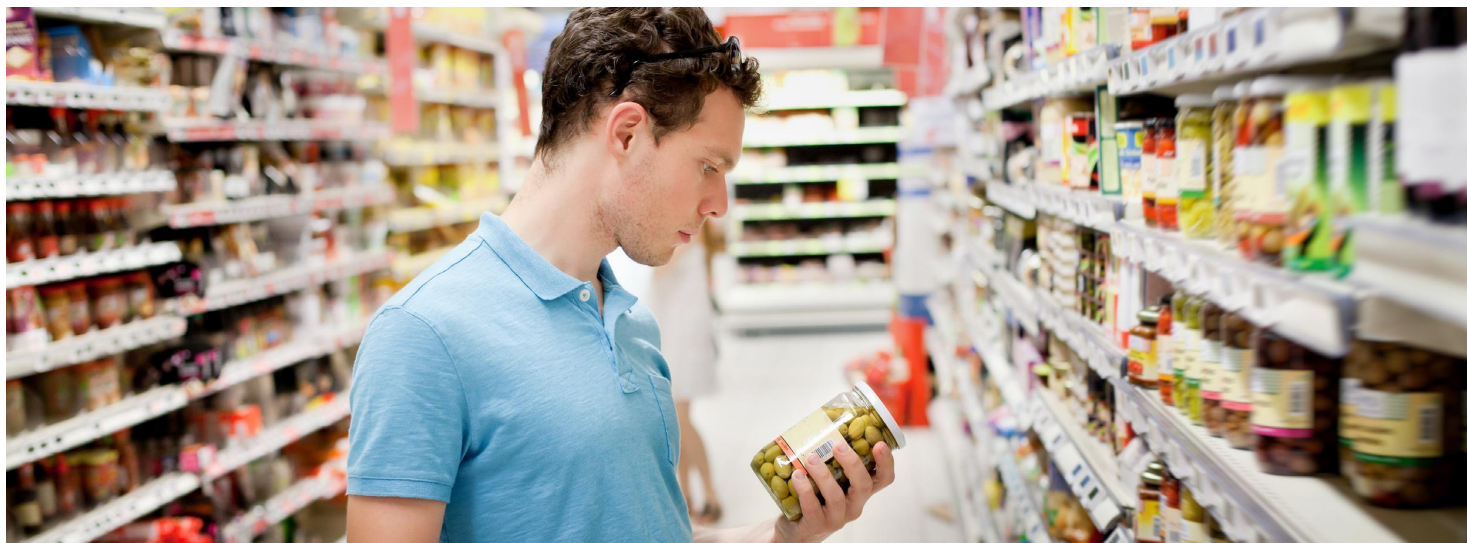
Interessados em oferecer sugestões à proposta de Instrução Normativa devem ler a proposta e preencher o formulário eletrônico da consulta (no [Google.form](https://www.google.com/forms)).

As colaborações podem ser feitas até 26 de janeiro de 2018.

Diretoria de Qualidade Ambiental/Ibama



## Agende-se



Paulo Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), convida para o

# WORKSHOP SETOR DE ALIMENTOS E BEBIDAS

## LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS

O evento visa apresentar o projeto-piloto de economia circular de embalagens para o Estado de São Paulo, como ferramenta para o cumprimento da legislação estadual de responsabilidade pós-consumo pelas indústrias, condicionante para a emissão ou renovação da licença de operação das empresas. Participe!

Evento gratuito. Vagas limitadas.

**13 de dezembro de 2017**  
**Das 9h às 13h**

### **PRÉDIO DA FIESP**

Av. Paulista, 1313 15 º andar Espaço Nobre São Paulo/SP



## A PISCICULTURA REGIONAL COMO OPORTUNIDADE DE INVESTIMENTO NO AGRONEGÓCIO



O Ciesp Alta Noroeste convida para o evento sobre a piscicultura da região com a participação de personalidades da área, que irão debater temas relevantes, como pesquisas, mercado, processos de implantação e desenvolvimento. Uma manhã repleta de informações para quem aprecia uma boa oportunidade de negócios.

**18 de dezembro de 2017**  
das 8h30 as 12h

### **CIESP ALTA NOROESTE**

Rua João Cruz e Souza, 896 - Jd. Nova Iorque -  
Araçatuba - SP



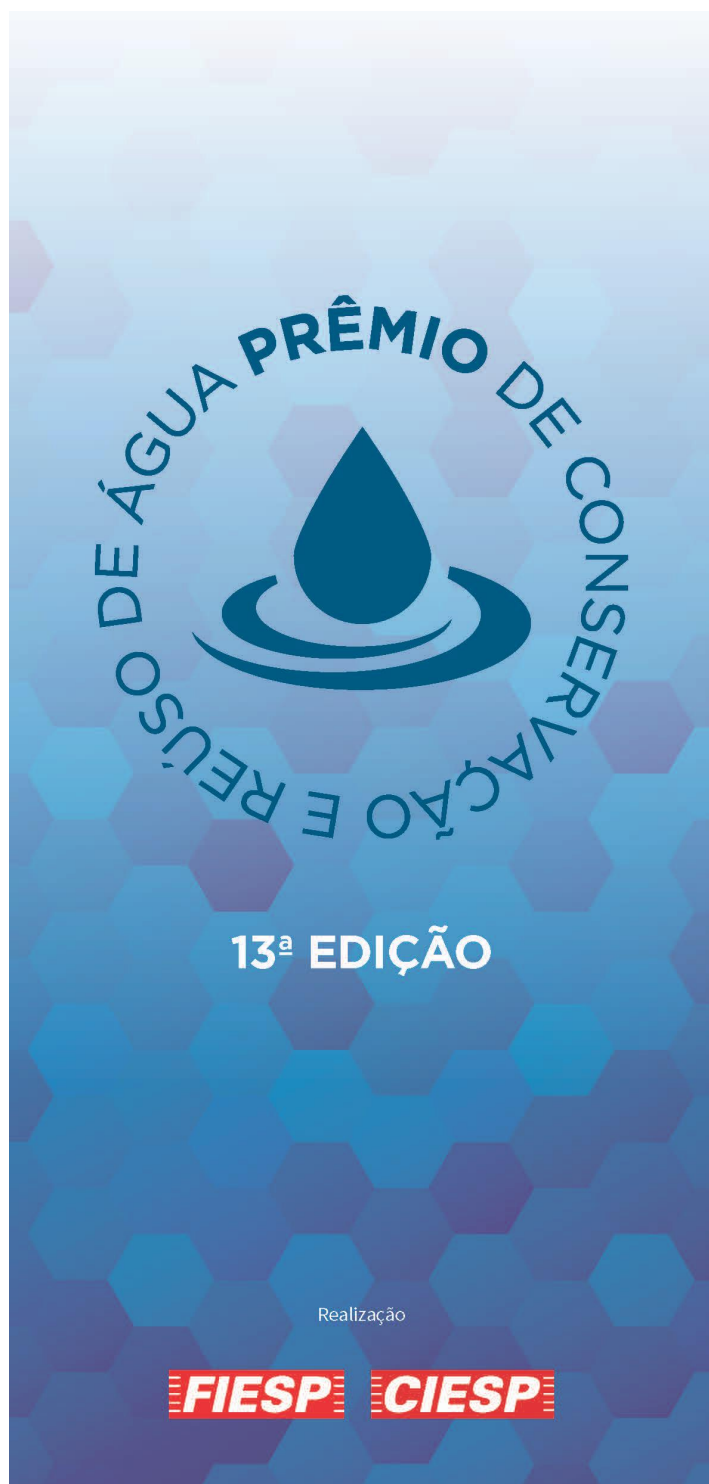
## 24º PRÊMIO FIESP DE MÉRITO AMBIENTAL

O Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental uma das principais iniciativas de reconhecimento das ações do setor industrial na área da sustentabilidade chega à 24ª edição com números que comprovam o crescente engajamento das empresas nas questões ambientais e sociais.

Inscrição no site da Fiesp: até **23 de março de 2018**.

Envio de projetos por via eletrônica: até **29 de março de 2018**.

Para mais informações, acesse:  
<http://www.fiesp.com.br/meritoambiental>



## PRÊMIO FIESP DE CONSERVAÇÃO E REÚSO DE ÁGUA 2018

Em sua 13ª edição, o Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso de Água continua sua missão de reconhecer os esforços da indústria e também do setor de serviços em reduzir o consumo e o desperdício de água.

### OBJETIVOS

O Prêmio objetiva demonstrar os benefícios ambientais, sociais e econômicos nas boas práticas de gestão de água.

### QUEM PODE PARTICIPAR?

Empresas de micro ou pequeno porte e de médio ou grande porte, que tenham implantado medidas de conservação e reúso de água.

### CRONOGRAMA

- Inscrição no site da Fiesp: até **19 de janeiro de 2018**.
- Envio de projetos por via eletrônica: até **26 de janeiro de 2018**.
- Solenidade de premiação: **data a definir**.

Para mais informações, acesse:

<http://www.fiesp.com.br/premioagua>.

**Venha mostrar que o consumo consciente de água é muito mais que uma prática em favor do meio ambiente!**



## Expediente

O Informe Ambiental é publicado pelo Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp e do Ciesp. Circulação mensal. Comentários e sugestões: Tel. (11) 3549 4675 | Fax: 3549 4237 | [cdma@fiesp.com](mailto:cdma@fiesp.com) | [www.fiesp.com.br](http://www.fiesp.com.br)  
Autorizada a reprodução, agradecendo-se a citação da fonte.

**Para receber este e outros conteúdos sobre Meio Ambiente, é necessário que faça o cadastro através do link <http://www.fiesp.com.br/cadastro>.**



**FIESPAMBIENTAL**  
[twitter.com/FiespAmbiental](https://twitter.com/FiespAmbiental)